

## Indígenas Mulheres e A Pandemia Do Novo Coronavírus: A Questão Do Enquadramento <sup>1</sup>

Victória Gomes ARAUJO <sup>2</sup>

Yasmin Ribeiro Gatto CARDOSO <sup>3</sup>

Patrícia Cardoso D'ABREU <sup>4</sup>

Isadora Cristina Wandenkolk

PECHINCHA<sup>5</sup> Sara de Oliveira SILVA<sup>6</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES

### RESUMO

Este trabalho investiga a representação midiática do luto das indígenas mulheres do Brasil durante seis meses da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). O objetivo é, a partir das questões suscitadas pelo *Relatório MacBride*, entender parte da dinâmica dos sentidos que são colocados em circulação sobre os aspectos culturais pertinentes às mulheres desses povos. Para isso, foram analisados os veículos *El País*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *BBC Brasil* e *Amazônia Real* no período entre 16 de março e 16 de setembro de 2020. Feitas a coleta quantitativa e a organização qualitativa do *corpus*, a metodologia de análise utilizada foi a do enquadramento midiático. O quadro teórico é composto por autores como DE CERTEAU, OLIVEIRA, RAMINELLI, SODRÉ E BUCCI no sentido de compreender como se dá a escrita sobre o Outro representado pelos povos nativos.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres; povos indígenas; pandemia; novo coronavírus; enquadramento.

### 1. Indígenas mulheres: uma mulher imaginada

DE CERTEAU (2010) analisa como o europeu instrumentalizou um olhar hegemônico carregado de preconceitos religiosos e culturais para enquadrar os povos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XVI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e membro do Grupo de Estudos e Observação Sobre as Mulheres na Mídia Jornalística (GRÊMIO - UFES). Email: [victoriagomaraujo@gmail.com](mailto:victoriagomaraujo@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestre em Comunicação e subcoordenadora do Grupo de Estudos e Observação sobre Mulheres na Mídia Jornalística (GRÊMIO – UFES). Email: [yasminrgatto@gmail.com](mailto:yasminrgatto@gmail.com)

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho, Doutora em Comunicação, professora do DepCom da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenadora do Grupo de Estudos e Observação sobre Mulheres na Mídia Jornalística (GRÊMIO - UFES). Email: [patriciadabreu@gmail.com](mailto:patriciadabreu@gmail.com)

<sup>5</sup> Graduanda do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e membro do Grupo de Estudos e Observação Sobre as Mulheres na Mídia Jornalística (GRÊMIO - UFES). Email: [isadorawandenkolk@gmail.com](mailto:isadorawandenkolk@gmail.com)

<sup>6</sup> Graduanda do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e membro do Grupo de Estudos e Observação Sobre as Mulheres na Mídia Jornalística (GRÊMIO - UFES) Email: [saradeoliveirasilva26@gmail.com](mailto:saradeoliveirasilva26@gmail.com)

indígenas como “outro”, construindo assim a noção de “selvagem”. Partindo do princípio de que as culturas oralizadas são deslegitimadas pelo colonizador, o autor aponta como, através das verdades dos textos religiosos, esse colonizador descrevia as realidades de povos “recém-descobertos”. “Interrogo-me sobre o alcance desta palavra instituída no lugar do outro e destinada a ser escutada de forma diferente da que fala” (IDEM: p.189), ele afirma.

O objetivo da escrita colonizadora era o de difundir sua concepção de outro para, assim, garantir sua dominação. Nesse sentido, a palavra catequizadora do homem europeu o colocava como predestinado ao poder e à dominação, cristalizando e difundindo uma determinada concepção do indígena oposta à do “homem civilizado” - a nudez, os ornamentos, os rituais e até mesmo os sons dos povos nativos passam a ser significados como sinais de selvageria, de subdesenvolvimento humano e de pecado. Com isso, a categorização do exótico leva à estetização estigmatizante do selvagem.

Nessa dinâmica, a figura da indígena mulher é associada à loucura, ao prazer e aos rituais de antropofagia. Sua aproximação com a personagem bíblica Eva, responsável pela origem do pecado, representa um estado de deterioração moral do homem, o que justificaria a necessidade de conversão ao cristianismo: “E como o exorcista, seu colega de cá, o explorador-missionário tem como tarefa expulsar as feiticeiras do estrangeiro.” (IBIDEM: p.213). Ao definir um povo como primitivo, os europeus legitimam a colonização.

Em sua pesquisa sobre os relatos de viagem no período do Brasil colonial, RAMINELLI (2015) aponta como a descrição das índias tupinambás parte de uma perspectiva cristã, em que tudo o que era diferente era associado ao diabo. O olhar do colonizador destaca sempre a fragilidade moral da mulher, fazendo uma associação da sexualidade ao mundo masculino. Nesses relatos, há uma grande associação da vingança à figura da mulher e foi por meio dessas imagens que os tupinambás foram inseridos no imaginário europeu. Sob os valores cristãos, a Tupinambá mulher representada pelo europeu reunia todas as características da Eva descrita na Bíblia. Esse conjunto de imagens era uma forma fazer com que as tupinambás mulheres encarnassem a degradação humana porque eram incapazes de participar da nova comunidade que estava se formando a partir da colonização. As indígenas mulheres precisavam ser estereotipadas pois representavam a resistência indígena contra os empreendimentos coloniais europeus. Neste processo, o silenciamento era ponto de partida da dominação.

## **2. Feminismo indígena e disputa cultural**

Para fazer frente à escrita europeia sobre os povos indígenas – escrita essa que circula até hoje como sentido dominante – as mulheres dos nossos povos nativos precisam se organizar em duas frentes: de forma endógena, apresentando resistências que rompem com o papel que culturalmente as mulheres desempenharam nas aldeias; e de forma exógena, através da organização política e cidadã na luta pelos direitos.

Segundo OLIVEIRA (2018) o movimento de mulheres aldeadas ainda está em fase de organização. Elas reclamam o protagonismo de se expressar, batalham pelo que acreditam e sentem necessidade de disseminar suas lutas dentro de suas comunidades, afirmando que não pretendem tomar o lugar dos homens e sim estar ao lado deles no fortalecimento de suas comunidades. As primeiras organizações de mulheres, em meados da década de 80, foram a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn) e a Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí, Rio Uaupés e Tiquié (Amitrut). A primeira vez que elas puderam votar em uma assembleia de lideranças indígenas foi por volta de 1994/1995 e, gradualmente, veio a aceitação da presença feminina em espaços que antes eram estritamente masculinos.

A primeira preocupação dessas mulheres dos povos indígenas é a de que as lideranças masculinas as apoiem na decisão política de se organizar. Elas também reivindicam que as organizações indígenas promovam atividades educativas relacionadas à saúde da mulher, em especial no que se refere ao atendimento ginecológico e pré-natal diferenciado. Em seguida, vem a demanda por políticas de capacitação. Mas a mais difícil das tarefas ainda é a de mapear as violências (materiais e simbólicas) que elas sofrem.

A mulher indígena sofre vários tipos de violência. Primeiro ela sofre por ver seu povo sendo afetado, marginalizado, discriminado. Depois, ela sofre como mulher e essa violência não é física, ela é psicológica e social também. Mulheres indígenas sofreram esterilização forçada. Mulheres e crianças são violentadas e assassinadas por pistoleiros como forma de intimidar o povo a deixar a aldeia. (IDEM: p. 304-5)

A falta de dados oficiais dificulta muito a contextualização, a produção de sentido e a problematização sobre as violências sofridas pelas indígenas mulheres. Os dados existentes possuem pouca qualificação e são pouquíssimo detalhados, o que dificulta um diagnóstico mais aprofundado. Isso inviabiliza a visibilidade a ser dada a

---

esse problema e, conseqüentemente, interdita a luta por políticas públicas. As indígenas mulheres têm pouco ou nenhum acesso às políticas públicas já existentes de combate à violência contra as mulheres brasileiras.

Ainda de acordo com a autora, a causa dessa falta de dados está no processo de desindigenização ao que fomos submetidos: o povo brasileiro desconhece suas origens indígenas porque a falta de acesso a informações relacionadas à questão indígena foi uma política estabelecida pelo Estado para negar a identidade indígena e estabelecer, a partir da ignorância, uma campanha de desqualificação dessa cultura e desses povos. E é devido a essa falta de informação que as instituições não consideram relevante estatísticas que viabilizem a situação indígena no Brasil.

Como as novas gerações de mulheres já não aceitam mais viver sem protagonismo ou sem ocupar um espaço de liderança, é importante ressaltar que isso não é sinônimo de se distanciar da cultura, porque a cultura não é algo estático.

Crescer politicamente não quer dizer abandonar a cultura. Pelo contrário, é ter acesso às informações que lhes permitam se organizar e pensar propostas femininas para exigir os direitos de seu povo. (OLIVEIRA, p. 310, 2018).

A lutas por esses direitos é importante porque, sobre o mercado de trabalho, por exemplo, não existe uma pesquisa com recorte étnico indígena, apesar de enquetes informais mostrarem que as mulheres que precisam trabalhar em ambiente urbano recebem salário menor que uma trabalhadora não indígena ou, muitas vezes, não recebem nada. Para exemplificar, a autora traz o relato de Perpétua Tsumi Kokama, que conta que trabalhou por anos em casa de família e nunca recebeu salário. Em troca dos serviços, ela ganhava roupas, sapatos e materiais escolares. Os empregadores diziam que ela era da família, mas tudo era bem separado. Inclusive, a carregavam na carroça do carro. Perpétua conta que quando engravidou as coisas pioraram e ela resolveu se demitir quando a dona da casa tentou afogar o bebê dela. Essa discriminação se estrutura por motivos étnicos, de gênero e de classe.

Aqui, é fundamental frisar que o direito das indígenas mulheres somente poderá ser pleno quando seus territórios estiverem protegidos: sem isso, seus povos e elas ficam muito vulneráveis. Em território urbano, o contato com diversos movimentos sociais promove trocas fundamentais para a compreensão de questões cidadãs, o que facilita o envolvimento delas em movimentos políticos. Nesse contexto, no entanto, a autodeclaração como mulher de determinado povo indígena é sempre fundamental, uma

---

vez que ainda perdura a invisibilidade desses grupos, consequência de uma política estatal que nega o direito de ser indígena no contexto urbano.

### 3. A mídia jornalística e as disputas de sentido

Empresas jornalísticas funcionam como quaisquer empresas do mundo globalizado: envolvidas com a produção de bens materiais, serviços ou cultura, estão interessadas no aumento paulatino e inexorável do lucro e do poder na tomada de decisões no mercado. Nos conglomerados de mídia, o poder de controle determina o fluxo de informação e constrói uma visão de realidade coadunada à de mercantilização das cidades, da cultura, dos territórios, das experiências e da vida. A informação jornalística produzida nesse contexto tende a ser inócua, como acontece com a “notícia-release” e o infotimento.

Nesse sentido, a mídia em geral e a jornalística em particular acabam incorrendo em um projeto autoritário de produção de sentido, através de um processo no qual a violência simbólica reforça estigmas, preconceitos e injustiças. Como resultado desse desvio da função social do jornalismo, a cidadania ativa tende a ser obliterada por uma cidadania do aplauso e do espetáculo.

Porém, na contramão disso, movimentos populares e independentes vêm protestando contra o teor das notícias produzidas pelos grandes conglomerados de mídia: o caráter vicioso, discriminatório e distorcido dos fatos tem movido o questionamento sobre a produção de sentido que as grandes empresas socializam. Além disso, verifica-se também uma demanda não atendida de abordagens, pautas e informações de cunho político e social que escapem do agendamento massivo e da visão monolítica da realidade – o que coloca em questão o próprio conceito de *notícia*.

Notícia pode ser entendida como uma narrativa com função referencial que encadeia uma sequência de elementos (fato, tempo, lugar, causa, modo, personagem, consequência) para informar. Para SODRÉ (1996), é um relato jornalístico de acontecimentos relevantes para a compreensão do cotidiano; produz uma espécie de “história coletiva” contemporânea constituída por fatos jornalisticamente interpretados; é uma tecnologia não só cognitiva como também produtora do real. Para ele, o texto da notícia não tem nada de “novo”, uma vez que esta ideia está essencialmente ligada à *ruptura*.

Neste processo de produção da notícia, o jornalista se submete a um planejamento produtivo no qual a seleção dos fatos e a maneira de abordá-los são cruciais para que o jornalismo aponte, oriente e pautas as discussões, trocas e compartilhamentos. Nesse sentido, BARROS FILHO (2003) sistematiza a hipótese da *agenda setting* ou agendamento. Os fatores que condicionam a *agenda setting* estão ligados à mensagem que interfere na luta política pelo poder. O conteúdo destas mensagens é determinado pela possibilidade de personalização do conteúdo da informação; pela possibilidade de dramatização (geralmente) através de um conflito; e pela dinamização do tema que torna possível que o receptor constate uma ação ou um acontecimento. Além disso, a seleção de determinado conteúdo a ser veiculado em determinada mídia também é influenciada pela veiculação operada pelos outros meios e mídias. O meio no qual a mensagem é veiculada também condiciona o agendamento: há mais agendamento através das mensagens impressas do que das eletrônicas.

Segundo BUCCI (2003), o jornalismo consolida aquilo que chamamos de realidade em vez de “retratar a realidade”. Um episódio pode nascer como evento, cena, imagem ou ícone e é a notícia que, como elemento discursivo, funcionará como elo de um discurso maior. “Entender os fatos é, quase sempre, entender o discurso que eles procuram articular por meio dos relatos jornalísticos” (IDEM: p.10). Isso equivale a dizer que o fluxo das notícias ordena os fatos e o discurso jornalístico é o ordenador daquilo que chamamos realidade. E a realidade, por sua vez, é composta pelos significados que compõem a comunicação social. O discurso jornalístico hierarquiza sentidos e valores, preconiza condutas e modos de falar e separa o dizível do indizível, exercendo uma função normatizadora e punitiva a partir de um mundo que só existe porque é descrito. Apesar disto, é sempre fundamental ressaltar a importância do papel democrático desempenhado pelo jornalismo.

#### **4. A indígena mulher na mídia jornalística: o enquadramento**

Segundo SOARES (2009), a análise de enquadramento é extremamente adequada para analisar materiais jornalísticos, pois ela é capaz de colocar em evidência alguns vieses implícitos da produção. É uma abordagem que salienta a construção do texto, que possibilita ao pesquisador conhecer o que há de subentendido, ultrapassando a suposta objetividade e imparcialidade dos textos.

---

Ao desenvolver a análise, o pesquisador identifica as estratégias textuais e as representações contidas em um *corpus*, podendo estabelecer, por exemplo, contrastes entre coberturas diferentes, as quais, a uma simples leitura, podem parecer semelhantes. (IDEM: p. 2).

O autor destaca que apesar da análise de enquadramento ter surgido no ambiente acadêmico estadunidense, tem ganhado destaque no Brasil desde 1994, principalmente nas análises de coberturas jornalísticas sobre política e movimentos sociais. Para ele, enquadramento é definido como marco interpretativo que é capaz de responder ao seguinte questionamento: “o que está acontecendo aqui?”.

Para GOFFMAN (2006 apud CARVALHO, 2009), o enquadramento é um conceito para análises do modo como os sujeitos se envolvem subjetivamente em situações sociais. Para ele o que interessa são os enquadramentos sendo utilizados como estrutura cognitiva, podendo assim o indivíduo entender a realidade social a sua volta.

(...) se a primeira dúvida que cada um tem diante de uma determinada situação é sobre os seus significados, os indivíduos lançarão mão, na construção das explicações, de um repertório dado por sua inserção no mundo, (...) valendo-se de estruturas cognitivas que lhes auxiliem neste processo, que implicará sempre na seleção de um aspecto particular (*strip*<sup>7</sup>) da totalidade da cena, que prevalecerá sobre os demais (IDEM: p.4).

Ou seja, toda vez que um indivíduo vir/ler uma cena da qual ele não entende determinado aspecto, ele vai acionar automaticamente a estrutura cognitiva, isto é, o senso comum ou os quadros primários.

Quando um indivíduo em nossa sociedade reconhece um determinado acontecimento, faça o que fizer, tende a envolver em sua resposta (e mesmo a usar) um ou mais quadros de referência ou esquemas interpretativos de um tipo que chamamos de primário. (...) um quadro de referência primário é aquele que se considera que converte em algo que tem sentido o que de outra maneira seria um aspecto sem sentido da cena (IBIDEM: p. 4, 2009).

Dentro das estruturas cognitivas, os quadros de referência primários envolvem não somente explicações racionais, mas também irracionais. Além disso, ainda se tem os quadros de referência naturais e sociais, ao passo que o primeiro tende a se cristalizar, pois fenômenos naturais podem ser mais facilmente compreendidos. Já o segundo fenômeno, social, está em processo de mutação permanente o que impede o usuário de ter uma compreensão correta do real significado da cena que está sendo exposta.

---

<sup>7</sup>Strip: uma fatia ou corte arbitrário do fluxo da atividade corrente (TUCHMAN, 1993 apud CARVALHO, 2009).

(...) narrar um acontecimento transformado em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste, (...) na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis, relativamente ao que é apresentado ao fruidor da informação daí resultante (CARVALHO, 2009, p.5).

Ou seja, na hora de o jornalista fazer o enquadramento de uma notícia, ele vai selecionar aspectos que possam proporcionar ao leitor determinado entendimento do fato. É válido lembrar que esse entendimento do leitor vai depender do conhecimento de mundo que ele tem, é o conhecimento primário do leitor sendo acionado.

Os enquadramentos são como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais. Na prática jornalística, um enquadramento é construído através de procedimentos como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos e situações do dia são dados a conhecer (ROTHBERG, 2007, p.3).

O jornalista, ao fazer o enquadramento das matérias, tem um poder muito grande em evidenciar aspectos e excluir outros, isso depende muito da abordagem que ele quer dar a determinado fato.

Neste trabalho, a representação do luto da indígena mulher no contexto da pandemia da Covid-19 será analisada a partir das reportagens veiculadas por cinco veículos (*EL País, BBC Brasil, Folha de S. Paulo, O Globo e Amazônia Real*) no período de 16 de março a 16 de setembro de 2020. Feita essa seleção e analisados os itens elencados acima, partiu-se para uma análise mais geral, a de enquadramento.

Os três principais eixos da análise de enquadramento segundo (CARVALHO, 2009) são seleção, ênfase e exclusão. Por motivos metodológicos, na pesquisa, trabalharemos com apenas dois deles, seleção e ênfase, uma vez que não teríamos acesso aos assuntos excluídos. Tendo este entendimento, se analisa as matérias jornalísticas respondendo aos seguintes questionamentos para cada categoria:

1. seleção - o que foi mostrado; como foi mostrado; qual é o enquadramento;
2. ênfase - que palavras foram enfatizadas.

Com base nesses critérios, define-se o que foi o acontecimento selecionado e como o veículo jornalístico o define. Nessa etapa, observa-se a amostra com base nas quatro questões de pesquisa que formulamos e que constituem o núcleo da investigação.

1. A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?
2. A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?
3. O enquadramento da reportagem se baseia em valores cristãos?
4. Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?

Com base nessas questões de pesquisa é que fizemos as análises descritivas e depois a análise interpretativa do material selecionado. Na análise descritiva, elaboramos os quadros a seguir.

<b>Veículo:</b> O GLOBO	<b>Matéria:</b> <a href="#">Paulinho Payakan, líder indígena Kaiapó, morre de Covid-19 no Pará</a>
<b>Pontos de observação</b>	<b>Observação</b>
A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	Fonte secundária - A matéria é sobre a morte de um importante líder indígena, e a mulher é uma das pessoas que falam sobre a importância desse líder para a comunidade.
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	Não
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	Não
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	Não

<b>Veículo:</b> El País	<b>Matéria:</b> <a href="#">Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês</a>
<b>Pontos de observação</b>	<b>Observação</b>
A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	Fonte secundária - Apesar da matéria ser sobre elas, apenas uma das mães é entrevistada, e sua fala é muito breve. A maioria dos entrevistados são líderes indígenas, representantes de órgãos públicos ou especialistas que falam sobre o caso.
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	A matéria ressalta que essas mulheres vivem um contexto social de isolamento e que não falam português, mas isso não é explicitamente qualificado como pejorativo.
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	Não
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	Não

<b>Veículo:</b> El País	<b>Matéria:</b> <a href="#">Nove indígenas Xavante morrem em 24 horas com sintomas de covid-19, denunciam lideranças</a>
<b>Pontos de observação</b>	<b>Observação</b>
A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	Fonte secundária - Quem fala sobre a indígena mãe que perdeu o filho ainda no útero é uma representante do Instituto Socioambiental (ISA).
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	Não
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	Não
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	Não

<b>Veículo:</b> El País	<b>Matéria:</b> <a href="#">Anselmo, você só vai morrer se morrermos todos os Kokama</a>
<b>Pontos de observação</b>	<b>Observação</b>
A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	É a fonte principal, apesar de o assunto ser a morte do Anselmo.
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	Não
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	Não
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	Não

<b>Veículo:</b> El País	<b>Matéria:</b> <a href="#">Após mobilização de mães Yanomami por corpos de bebês mortos por covid-19, agentes do Governo vão à aldeia</a>
<b>Pontos de observação</b>	<b>Observação</b>
A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	Fonte secundária - Apesar da matéria ser sobre elas, apenas uma das mães é fonte direta, e sua fala é breve. Além dela, uma outra indígena mulher está presente mas não se identificar. A maioria dos entrevistados são líderes indígenas, representantes de órgãos públicos ou especialistas que falam sobre o caso.
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	Não
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	Não
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	Não

<b>Pontos de observação</b>	<b>Observação</b>
<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<a href="#">Liderança do Alto Xingu, cacique Aritana morre aos 71 anos vítima de Covid-1</a>

A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	Secundária
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	Não - A fala da sobrinha do Aritana a coloca como pensadora do futuro do povo xingu
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	Não - trata da importância do Aritana para a cultura Xingu.
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	Não - a cultura indígena está presente no enquadramento.

Pontos de observação	Observação
<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/em-uma-noite-mundurucus-perdem-duas-liderancas-para-a-covid-19-no-pa.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/em-uma-noite-mundurucus-perdem-duas-liderancas-para-a-covid-19-no-pa.shtml</a>
A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	Secundária
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	Não - A indígena é identificada como líder
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	Não
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	Sim - quando trata dos indígenas garimpeiros

Pontos de observação	Observação
<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/maior-comunidade-indigena-perde-cacique-para-covid-19.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/maior-comunidade-indigena-perde-cacique-para-covid-19.shtml</a>
A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	Secundária
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	Não -
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	Sim- (Cita igrejas, orações, pastor)
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	Sim- O cacique era pastor

Pontos de observação	Observação
<b>Veículo:</b> BBC BRASIL	<a href="https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55888888">O velório de bebê indígena morto com covid-19 que pode ter espalhado o coronavírus em aldeias de MT</a>
A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	Secundária - Não dão voz à mãe
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	Sim – pela forma que falam que ela fez o velório e não dão voz pra ela se explicar
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	Não
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	Sim – o sentido produzido não leva em conta a voz indígena.

<b>Veículo:</b> Amazônia Real	<b>Matéria:</b> <a href="https://amazoniareal.com.br/criancas-yanomami-preciso-que-meu-filho-volte-comigo-diz-mae-sanoma/">https://amazoniareal.com.br/criancas-yanomami-preciso-que-meu-filho-volte-comigo-diz-mae-sanoma/</a>
<b>Pontos de observação</b>	<b>Observação</b>

A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	Principal
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	Não
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	Não
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	Não

<b>Veículo:</b> Amazônia Real	<b>Matéria:</b> <a href="https://amazoniareal.com.br/criancas-yanomami-tres-corpos-de-bebes-estao-em-cemiterio-e-um-no-impl-de-boa-vista-rr/">https://amazoniareal.com.br/criancas-yanomami-tres-corpos-de-bebes-estao-em-cemiterio-e-um-no-impl-de-boa-vista-rr/</a>
<b>Pontos de observação</b>	<b>Observação</b>
A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	Secundária
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	Não
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	Não
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	Não

<b>Veículo:</b> Amazônia Real	<b>Matéria:</b> <a href="https://amazoniareal.com.br/mae-yanomami-recebe-corpo-de-bebe-que-ficou-dois-meses-no-impl-de-roraima/">https://amazoniareal.com.br/mae-yanomami-recebe-corpo-de-bebe-que-ficou-dois-meses-no-impl-de-roraima/</a>
<b>Pontos de observação</b>	<b>Observação</b>
A indígena mulher é a fonte principal ou secundária da reportagem?	secundária
A reportagem qualifica essa mulher de alguma forma como primitiva/selvagem?	não
O enquadramento da reportagem se baseia a partir de valores cristãos?	não
Pode-se dizer que há desindigenização da reportagem?	não

## 5. Considerações finais

O *Relatório MacBride - Um Mundo e Muitas Vozes*, documento formulado nos anos 1980 pela UNESCO, questiona o fluxo unidirecional de informação e a verticalização da informação. Alertando para o fato de que mudanças na conjuntura da comunicação são fundamentais para fazer valer os direitos humanos, o *Relatório* não se limita ao direito de ser informado, mas ressalta a participação efetiva nos processos comunicacionais como garantia à liberdade de expressão, opinião e pensamento. Isso

---

equivale a dizer que a informação é, mais que um objetivo, um meio – meio de respaldar o desenvolvimento social.

Especificamente no que se refere à mídia jornalística, infere-se a necessidade de que, para além das reportagens ditas objetivas, os conteúdos noticiosos que são postos a circular sejam analíticos. Aliada à horizontalização dos fluxos de informação, essa perspectiva aponta para a troca cultural. No contexto atual, a internet é fundamental para dinâmica desses fluxos, formando

um quadro referencial de possibilidades que oscila entre a ideologia e utopia de uma de criação de informações em colaboração de todos com todos e de uma transformação da “cultura de massa” em uma “cultura democrática” da informação (ALCURI, LUGON, CARVALHO, e ZÔRZO:  
<http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/05-AC.pdf>)

É sob essa perspectiva do tema do *43º Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação* que este trabalho mapeou as edições digitais de *EL País*, *BBC Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Amazônia Real*, entre 16 de março e 16 de setembro, para investigar o papel das indígenas mulheres na circulação de informações sobre as vítimas do novo coronavírus.

Depois de feita a análise descritiva, fez-se a análise interpretativa, levando em consideração as nossas questões de pesquisa. A partir disso, concluiu-se que, na maioria das reportagens analisadas, as indígenas mulheres são fontes secundárias das matérias. Vale ressaltar que mesmo quando o material jornalístico fala sobre elas, ainda assim elas são colocadas como personagens secundárias: é como se elas não pudessem falar por si próprias.

A maioria dos entrevistados são líderes indígenas, representantes de órgãos públicos ou especialistas que analisam os fatos. O que mais chama atenção é que, mesmo quando as indígenas mulheres perdem os filhos, são outras pessoas que respondem por elas - em geral, líderes indígenas. As indígenas mulheres têm que enfrentar o machismo estrutural posto dentro da aldeia e fora dela. Apenas em uma matéria analisada, a mulher foi fonte principal.

O que foi mostrado ao longo dessas reportagens foi uma indígena mulher que não responde por si mesma, enquadrando-a como alguém que precisa ser *significada* a partir de uma voz que não é sua, mas sim da figura masculina. Nesse sentido, seu silenciamento é uma forma de minar a resistência dos povos indígenas contra o empreendimento da dominação. Levando em conta que, par fazer frente à escrita

verticalizada sobre os povos indígenas, as lutas endógena e exógena do feminismo indígena são fundamentais, este silenciamento se coaduna à necessidade manifestada que essas mulheres têm de disseminar suas lutas dentro de suas comunidades de se expressar fora delas.

## REFERÊNCIAS

ALCURI, Gabriela; LUGON, Julia; CARVALHO, Letícia; e ZÔRZO, Nathalia. **O Relatório MacBride – História, importância e desafios**. Universidade de Brasília. Disponível em <http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/05-AC.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2020.

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 2003.

BUCCI, Eugênio in GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 2003

CARVALHO, Carlos Alberto. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico**. Contemporânea, vol7, nº2. Dez, 2009.

D'ABREU, Patrícia e ESTEVÃO, Andréa. **Novas perspectivas no jornalismo: a mídia ninja e a narrativa jornalística em fluxo**. Braga: Congresso CONFIBRRCOM, 2014.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

OLIVEIRA, Marize Vieira de. **Feminismo Indígena. Mulheres indígenas: da invisibilidade à luta por direitos**. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RAMINELLI, Ronald. **Eva Tubinambá**. In DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

ROTHBERG, Danilo. **Enquadramento e metodologia de crítica de mídia**. In: Anais do 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Sergipe, 2007.

SOARES, Murilo. **Representações, Jornalismo e a Esfera Pública Democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura – A comunicação e seus produtos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

**UNESCO. Um solo mundo voces múltiples – Comunicación e información em nuestro tempo.** UNESDOC Digital Library. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372820?posInSet=1&queryId=N-EXPLORE-1f2791d9-8bf9-407e-9646-662ac4945d4a> Acesso em 10 de outubro de 2020.